

## Desenvolvimento e novas territorialidades: a indicação geográfica da cerveja artesanal de Blumenau (SC) e região<sup>1</sup>

Valdinho Pellin<sup>2</sup>

Oklinger Mantovaneli Jr.<sup>3</sup>

---

**Resumo:** Cada vez mais o fenômeno do desenvolvimento vem sendo explicado e proporcionado por perspectivas que tem na superação da visão economicista reducionista uma preocupação. As dimensões identitária e territorial vêm contribuindo significativamente com este esforço. As Indicações Geográficas (IGs), comuns na Europa e ainda pouco reconhecidas no Brasil, constituem-se em elemento de identificação de produtos ou serviços com seus territórios. Conferem contribuições importantes para o desenvolvimento territorial, sustentável ou não, agregam valor aos produtos e facilitam acesso a novos mercados. Representam também valorização de tradições locais associadas ao fortalecimento de uma identidade cultural própria e explicitam variantes políticas determinantes de sua vitalidade e ou viabilidade. Este artigo analisa a experiência da obtenção do reconhecimento da IG da cerveja artesanal de Blumenau e região em perspectiva *ex-ante*. Explora como objetivos específicos: (i) identificar o arranjo institucional e seus principais atores; (ii) identificar os principais conflitos existentes na arena de discussão; e (iii) caracterizar limites e potencialidades sinalizados pela iniciativa em curso. Metodologicamente trata-se de pesquisa analítica e descritiva baseada em estudo de caso de natureza exploratória. Como instrumento de coleta de dados, a pesquisa utilizou-se da aplicação de entrevistas semiestruturadas aos atores que conduziram a iniciativa. Além destas fontes primárias o estudo fundamentou-se em fontes documentais consubstanciadas pelos documentos produzidos nas reuniões de trabalho realizadas até o presente. O conjunto de dados foi analisado com uso da técnica de análise de conteúdo e triangulação. Os principais resultados de análise apontam para o protagonismo fundamental da instituição universitária que fomentou a iniciativa junto aos produtores e para um grande desafio institucional, qual seja a edificação de uma sistemática de governança capaz de harmonizar interesses corporativos típicos de empreendedores mercantis com as questões associativas e culturais que fundamentam uma experiência de indicação geográfica em bases territoriais sustentáveis.

---

<sup>1</sup> O artigo é um desdobramento da tese em andamento do primeiro autor sob orientação do segundo autor.

<sup>2</sup> Graduado em Economia. Mestre e Doutorando em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau (PPGDR/FURB). Pesquisador do Núcleo de Políticas Públicas (NPP) do PPGDR/FURB. Bolsista Capes.

<sup>3</sup> Professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau (PPGDR/FURB), pesquisador e líder do Núcleo de Políticas Públicas. Doutor em Sociologia pela UNESP.

**Palavras-Chaves:** Indicação Geográfica, Desenvolvimento Territorial, Governança, Cerveja artesanal.

## 1. Introdução

Cada vez mais o fenômeno do desenvolvimento vem sendo explicado e proporcionado a partir de perspectivas que tem na superação da visão economicista reducionista uma preocupação. As dimensões identitária e territorial vêm contribuindo significativamente com este esforço. As Indicações Geográficas (IGs), comuns na Europa e ainda pouco reconhecidas no Brasil, constituem-se em elemento de identificação de produtos ou serviços com seus territórios. Conferem contribuições importantes para o desenvolvimento territorial, sustentável ou não, agregam valor aos produtos e oferecem acesso a novos mercados. Representam também valorização de tradições locais associadas ao fortalecimento de uma identidade cultural própria e explicitam variantes políticas determinantes de sua vitalidade e ou viabilidade

Atualmente, o Brasil conta com 42 IGs nacionais reconhecidas pelo INPI<sup>4</sup>. No entanto em função de sua extensão territorial, sua grande diversidade cultural e de seus ecossistemas, o entendimento é que o país apresenta grande potencial para avançar no reconhecimento de IGs e este potencial precisa ser considerado e estimulado.

Neste contexto de potencialidades destaca-se a região do Médio Vale do Itajaí<sup>5</sup>, em Santa Catarina. Ainda em 2010 iniciaram-se as primeiras reuniões relacionadas a possibilidade de solicitar o reconhecimento da IG para a cerveja artesanal de Blumenau e região. As discussões surgiram no âmbito do Núcleo de Inovação Tecnológica da Universidade Regional de Blumenau (NIT/FURB) e contaram com envolvimento de outras entidades governamentais.

Este artigo resgata a gênese do empreendimento, efetua em perspectiva *ex-ante* uma análise da experiência de discussão para obtenção do reconhecimento da IG da cerveja artesanal para Blumenau e região. Explora como objetivos específicos: (i) identificar o arranjo institucional e seus principais atores; (ii) identificar principais conflitos existentes na arena de discussão; e (iii) caracterizar limites e potencialidades sinalizados pela iniciativa em curso.

Metodologicamente trata-se de pesquisa analítica e descritiva baseada em estudo de caso de natureza exploratória. Como instrumento de coleta de dados utilizou-se da aplicação de entrevistas semiestruturadas aos atores que conduziram as reuniões. Além destas fontes primárias

---

<sup>4</sup> De acordo com site do INPI acessado em 08 de Julho de 2015: [http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/arquivos/lista\\_com\\_as\\_indicacoes\\_geograficas\\_concedidas\\_-\\_10-03-2015.pdf](http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/arquivos/lista_com_as_indicacoes_geograficas_concedidas_-_10-03-2015.pdf)

<sup>5</sup> Atualmente, além da cerveja artesanal, está em discussão no Médio Vale do Itajaí a possibilidade de solicitar o reconhecimento da Indicação Geográfica para os cristais, a linguiça de Blumenau e o queijo Kochkaese.

o estudo fundamentou-se em fontes documentais consubstanciadas pelos documentos produzidos nas reuniões de trabalho realizadas até o presente. O conjunto de dados foi analisado com uso da técnica de análise de conteúdo e triangulação.

## **2-Desenvolvimento territorial e indicações geográficas**

A noção de território e desenvolvimento territorial surge do entendimento formado pela dinâmica de atores sociais que ocupam um espaço determinado, nomeado e identificado na forma de identidade individual e social, com referenciais familiares e profissionais. Territórios são: “[...] entidades sócioespaciais, ou relacionadas às atividades humanas conduzidas num dado espaço”. [...] o desenvolvimento territorial faz referência a espaço geográfico que não é dado, mas construído. “Construído pela história, por uma cultura e por redes sociais que desenham suas fronteiras” (JEAN, 2010, p.51).

Os territórios são realidades em movimento. Neles imperam as relações sociais. A noção de território designa resultado da confrontação dos espaços individuais dos atores nas suas dimensões econômicas, socioculturais e ambientais (CARRIÈRE & CAZELLA, 2006 P.33). O território tem que ser entendido como território usado e não como território em si. Território usado é espaço com identidade. Identidade é sentimento de pertencer àquilo que nos parece pertencer. Território é fundamento do trabalho, lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e exercício da vida (BECKER & SANTOS, 2007). No presente estudo estas premissas despontam como chaves compreensivas a qualquer sentido explicativo que se busque ao abordar políticas que relacionem, em alguma escala espacial ou territorial, o desenvolvimento, como no caso das IGs.

Schneider (2004, p.99) compreende território enquanto “um espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais. Esse espaço é construído a partir da ação entre os indivíduos e o ambiente ou contexto objetivo em que estão inseridos”. Neste sentido, percebe-o como dinâmico, em constante transformação e mudança. Esse dinamismo é configurado tanto pelos atores internos e suas inter-relações, como pela relação com fatores externos. Resultado de construção social, território é considerado espaço coletivamente apropriado por determinado grupo que compartilha valores culturais, e se torna foco do desenvolvimento, não sendo apenas o espaço físico, mas também ator desse processo.

Entende-se, portanto, que a busca por estratégias voltadas a identificação das vantagens competitivas do território torna-se fundamental. Para Freitas Santos e Cadima Ribeiro (2012), em uma economia cada vez mais global e competitiva, nem todos os territórios possuem recursos e a

capacidade necessária à competição com outros territórios cujas estruturas apresentam condições mais adequadas. Em qualquer país é possível encontrar territórios mais dotados de recursos e competências do que outros. E a interpretação do que venham a ser recursos e competências, sua institucionalidade e sistema de poder são, ao mesmo tempo, sujeito e objeto desta dinâmica de importâncias, apropriações, além de significados e significantes de perspectivas de desenvolvimento sob a mesma escala em questão. Deste modo, é importante perceber e identificar recursos e capacidades que territórios dispõem para que possam gerar mais-valias no mercado. Em um segundo passo é necessário que as capacidades empreendedoras dos agentes locais sejam mobilizadas para transformar essas capacidades em diferencial competitivo. E em se tratando de IGs, empreender e competir podem ter significados muito mais amplos do que aquele proveniente da aplicação de mera lógica economicista do desenvolvimento territorial não sustentável.

Parafraseando Pollice (2010), o desenvolvimento endógeno pode se substanciar na capacidade da comunidade local de “colocar valor” ao território e, em particular, àqueles recursos não localizáveis que podem constituir elemento de diferenciação, formando assim certos *plus* competitivos em torno dos quais se poderiam construir estratégias de desenvolvimento local.

Desta forma, compreende-se que regiões e lugares, a partir de suas especificidades e potencialidades, podem encontrar formas de transformação de suas realidades, em busca de melhoria da qualidade de vida, a partir dos processos globais (CALDAS, 2003).

É neste contexto que surgem as IGs e discussões relacionadas às suas possíveis contribuições, ou não, para o fortalecimento do desenvolvimento territorial.

As IGs podem ser entendidas como uma possibilidade de agregação de valor a produtos ou serviços com características próprias, relacionadas ao território ao qual estão inseridas. Essa agregação de valor pode representar aumento significativo na renda dos produtores envolvidos, seja através do aumento no preço dos produtos oferecidos, aumento do volume de vendas ou na conquista de novos mercados. Podem representar também valorização de tradições locais associadas ao fortalecimento de uma identidade cultural própria. Podem ainda significar resistência e condições dignas de vida no território. E a ideia de dignidade apresenta a variante ética no debate sobre desenvolvimento e a possibilidade de riqueza dimensional múltipla quando se tematiza as IGs nos processos de desenvolvimento territorial.

Além disso, as IGs ainda fortalecem atividades complementares que podem surgir após o reconhecimento de produtos tradicionais. É o que o Pecqueur (2001) denomina de “cesta de bens e serviços do território”. Um exemplo são as atividades relacionadas ao turismo. Após o reconhecimento da IG, o Vale dos Vinhedos, por exemplo, estruturou propostas de roteiros pelas vinícolas (roteiro enológico, gastronômico e cultural) aumentando significativamente o fluxo de

turistas na região e a venda de produtos artesanais, complementando a renda dos produtores, principalmente das pequenas vinícolas.

Todavia, apesar do crescimento no número de IGs reconhecidas no Brasil o entendimento é que em função de sua extensão territorial, sua grande diversidade cultural e de seus ecossistemas, o país apresenta ainda grande potencial para avançar no reconhecimento e estímulo de produtos tradicionais. O reduzido número de IGs reconhecidas no Brasil até o momento pode estar relacionado com dificuldades encontradas tanto nos processos de reconhecimento, pós-reconhecimento e também em aspectos ainda presentes no arcabouço jurídico e institucional brasileiro que, em inúmeras situações devem ser objeto de aperfeiçoamentos e revisões.

### **3. A importância dos arranjos institucionais nos processos de IGs**

A implementação de estratégias que busquem o reconhecimento da IG de um determinado produto ou serviço está longe de ser considerado algo simples. Na fase de reconhecimento uma das principais dificuldades está na organização de um arranjo institucional eficiente envolvendo todos os atores interessados<sup>6</sup>.

Os arranjos institucionais compõe conjunto de inter-relações de entidades e de normas legislativas que tem a finalidade de organizar (elaborar e implementar) planos ou ações, cujos objetivos são de interesse público (SAMPAIO, 2010). São a expressão político-territorial dos enclaves sociais que originariamente representam, cognição, tempo e espaço ali delimitados (RAMOS, 1989).

A importância dos arranjos institucionais nas IGs é destacada por Niederle (2009). Para o autor a consolidação das IGs dependerá em grande medida do processo de definição do arranjo institucional. Além da definição do marco jurídico-legal, estão em jogo definições acerca das organizações envolvidas e de suas responsabilidades (reconhecimento, certificação, promoção etc.), dos parâmetros e critérios para solicitação e reconhecimento, dos atores que serão beneficiados e dos produtos e regiões que, de alguma forma, poderão ser priorizados.

No arranjo institucional o processo de governança passa a ser determinante para viabilizar a solicitação da IG. Segundo Le Gáles (2004 p.243) “a governança é um processo de coordenação de atores, de grupos sociais e de instituições tendo em vista atingir objetivos definidos e discutidos coletivamente”. Para a Organização das Nações Unidas governança pode ser definida como a totalidade das diversas maneiras pelas quais indivíduos e instituições públicas e privadas

---

<sup>6</sup> É importante lembrar que a IG deve ser solicitada por uma entidade coletiva que represente todos os atores envolvidos no processo.

administram seus problemas comuns. É um processo contínuo, pelo qual é possível acomodar interesses conflitantes ou diferentes e realizar ações cooperativas. Governança diz respeito não só a instituições e regimes formais autorizados a impor obediência, mas também a acordos informais que atendam aos interesses das pessoas e instituições (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL, 1996). Na democracia ambos aspectos são fundamentais e o desenvolvimento político, para além de apenas uma perspectiva funcionalista no debate sobre instituições e governança, está sumariamente ligado à noção de institucionalização (LIMONGI, 1999).

Ainda, nesta mesma esteira de pensamento, Guimarães e Martin *apud* Velloso (2008) destacam que governança pode ser entendida como poder compartilhado ou ação coletiva gerenciada. Ela é particularmente pertinente ao se tratar de organizações de natureza associativa, cooperativa e democrática e merece ser tratada com cuidado quando as políticas públicas são o tema abordado. O conceito torna-se uma categoria analítica, agregada a termos como participação, aprendizagem coletiva, parceria, regulação e práticas de bom governo. Instituir sistemas de governança significa definir uma dinâmica de papéis e interações entre membros de organizações, de tal forma a desenvolver sua participação e engajamento no processo decisório estratégico, valorizando sistemas descentralizados. Neste caso preponderam perspectivas desafiadoras que sobrepõem a lógica coletiva, pública e cooperativa (FREY, 2012) em detrimento do individualismo normalmente apregoado na literatura voltada às organizações que atuam no mercado, com fins primordialmente voltados ao lucro, mesmo aquelas sócio-ambientalmente responsáveis. Ao abordar o fenômeno aliado à sua dimensão regional ou metropolitana, o autor afirma:

A construção de uma efetiva governança em âmbito metropolitano ou regional, de caráter transescalar, intersetorial e democrático, exige inicialmente o reconhecimento do caráter político de tal empreendimento, a refutação de soluções tecnocráticas e, portanto, a promoção de arenas onde o embate entre as diferentes percepções e interesses possa ocorrer (FREY, 2012, p. 91).

Com as devidas ressalvas, governança é a expressão do exercício da adequação dos interesses de todos os atores envolvidos de maneira que os particulares não estejam acima dos coletivos. E em uma sociedade centrada no mercado não são necessárias ampliadas ilações, para que emergja como importante hipótese para políticas públicas voltadas as IGs o fato de que a relação público vs. privado é um de seus mais ricos e desafiadores aspectos. Em contrapartida

governança, vista de um lado como regulação e de outro como pactuação, sugere horizonte positivo à sua boa formulação, implementação e avaliação.

A literatura sobre IGs no Brasil já oferece exemplos em relação a dificuldades encontradas no âmbito dos arranjos institucionais, mesmo em experiências amplamente consolidadas. Sacco dos Anjos e Caldas (2010) destacam dificuldades na IG do Vale dos Vinhedos. Para os autores as dificuldades estão relacionadas à necessidade de conciliar os interesses públicos e privados do setor e com o excessivo protagonismo das grandes vinícolas, devido a sua influência política e econômica no âmbito local e regional.

#### **4. A história da cerveja artesanal de Blumenau e região**

A categoria de cerveja especial ou artesanal pode ser entendida como aquela que abriga cervejas de qualidade superior e de alto valor agregado. Geralmente são cervejas que utilizam receitas ou processos de fabricação diferentes dos de fabricação em larga escala (FERREIRA et al, 2011).

De acordo com Morado *apud* Ferreira et al (2011) o fenômeno das micro cervejarias<sup>7</sup> no Brasil reporta à segunda metade da década de 1980, quando dezenas de pequenos empreendimentos se estabeleceram no sul e no sudeste do país.

As micro cervejarias oferecem ao mercado cervejas diferenciadas e acabam conquistando um grande número de consumidores atraídos pela qualidade e criatividade. Mesmo com uma pequena produção quando em comparação a uma grande cervejaria, o seu produto pode tornar-se competitivo, com uma boa aceitação no mercado nacional. O Estado de Santa Catarina desempenha papel importante neste segmento por favorecer-se em relação à existência de cidades com forte presença de descendência europeia. Além disso, o Estado possui um circuito de festas e eventos<sup>8</sup>, principalmente em outubro, e que funciona como espécie de vitrine que projeta as micro cervejarias do Estado em nível nacional (CUNHA, 2011).

A região de Blumenau se insere neste contexto. Sua relação com a cerveja artesanal é histórica e remonta a sua colonização pelos imigrantes alemães. Silva (1960) lembra que esses

---

<sup>7</sup> Em relação à definição de micro cervejaria, a Lei Estadual nº. 14.961/2009 define como “a empresa cuja soma da produção anual de cerveja e chope, não seja superior a três milhões de litros, considerando todos os seus estabelecimentos, inclusive aqueles pertencentes a coligadas ou à controladora”. A Lei também considera que chope ou cerveja artesanal é “o produto elaborado a partir de mosto, cujo extrato primitivo contenha no mínimo 80% (oitenta por cento) de cereais malteados ou extrato de malte, conforme registro do produto no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento”.

<sup>8</sup> Neste sentido é possível destacar dois exemplos em Blumenau: o importante papel da Oktoberfest, que oportuniza a comercialização da cerveja artesanal em um dos seus pavilhões e, mais recentemente, o Festival Nacional da Cerveja que vem consolidando-se como o principal evento da cerveja no Brasil.

imigrantes trouxeram na mala as tradições e a cultura do país de origem, onde o uso da cerveja era dos mais antigos. De acordo com o autor, foi em 1858, com a chegada de Heinrich Hosang, que se iniciou a fabricação de cerveja<sup>9</sup> na região. Sua fábrica prosperou acompanhando o crescimento do consumo da bebida que preparava e que era preferida no comércio local. Hosang esteve à frente de sua fábrica até 1880, quando faleceu com 60 anos de idade. Após sua morte, a viúva, auxiliada por seu filho Otto, deu continuidade na fabricação de cerveja. A partir da iniciativa de Hosang, vários fabricantes de cerveja surgiram anos mais tarde em Blumenau (SILVA, 1960).

Outra cervejaria de destaque foi a Feldmann, que iniciou atividades em 1898 com uma pequena produção caseira, de fundo de quintal. Nesta época eram muitos os desafios enfrentados. O primeiro era conseguir matéria-prima para a produção. O lúpulo era uma flor importada da Rússia e o maquinário para produzir as marcas Victoria e Bock era totalmente manual. Outro desafio estava na entrega dos produtos. Em 1959 a Cervejaria Feldmann limitava-se à produção de licores e gasosas. A melhoria nos acessos à cidade contribuiu para a entrada de grandes marcas de cerveja e a cervejaria da família perdeu competitividade, encerrando suas atividades definitivamente em 1978.

A Cervejaria de Otto Jennrich surgiu no bairro Itoupava Seca em 1891 e rapidamente tornou-se ponto de encontro e reuniões. Tinha decoração que imitava uma tradicional “Bierstube” de München. Fabricavam-se três tipos de cerveja: Estrela, Polar e Kulmbach. Anos após a sua fundação, a fábrica foi incorporada a Antártica Paulista (FREESE, 2008).

Além de Blumenau, o vizinho município de Timbó também movimentava a produção de cerveja artesanal. Neste município destacou-se a Cervejaria Brandes entre os anos de 1903 a 1938, quando encerrou suas atividades em razão da forte concorrência imposta pelas grandes cervejarias nacionais (OBIERCEVANDO, *apud* FRANÇA 2010).

Em Indaial surgiu a Cervejaria Indaial, fundada por Walter Alberto Pershun, que chegou a trabalhar na cervejaria de Otto Jennrich, em Blumenau. A cervejaria foi inaugurada em 1928 e produzia dois tipos de cerveja: clara e escura. Depois de algum tempo começou a fabricar também as gasosas. A cervejaria continuou suas atividades até a década de sessenta (FREESE, 2008).

Entretanto, não foi apenas a produção específica da cerveja artesanal que tornou a região conhecida como a terra da cerveja. A realização de grandes eventos ligados a cerveja também

---

<sup>9</sup> Em pesquisa realizada no Centro Histórico de Blumenau, constatou-se um livro de registros de vendas de cervejas entre os anos de 1880 e 1881. Assim, verifica-se que os moradores consumiam em abundância as cervejas fabricadas por Hosang, dentre eles estavam o dono do hotel, o médico da colônia, o engenheiro, bem como a família de Dr. Blumenau (SILVA, 1960).

teve papel importante. Silva (1960) destaca o 1º Festival da Cerveja de Santa Catarina., ocorrido em fevereiro de 1967 em Blumenau. O evento se consolidou já em sua segunda edição, registrando a presença de um número considerável de turistas.

Em 1984 Blumenau inovou e uniu o seu povo através da criação da Oktoberfest. Inspirada na festa de Munique, na Alemanha, o evento foi criado para resgatar as tradições germânicas. A festa acabou desempenhando um papel importante no contexto das cervejas artesanais da região, oportunizando a comercialização da cerveja artesanal em seus pavilhões.

Outro evento importante é o Festival Nacional da Cerveja que vem se consolidando como o principal evento da cerveja no Brasil. Este evento tem um papel importante para a divulgação da cerveja artesanal, não só da região de Blumenau, mas de todo o país.

## **5. A IG da cerveja artesanal de Blumenau e região e o arranjo institucional**

Revisados os conceitos de desenvolvimento territorial e IG, efetuada a caracterização histórica da cerveja artesanal de Blumenau e região, apresenta-se a seguir, adotando perspectiva *ex ante*, a experiência da discussão do reconhecimento da IG. A proposta deste capítulo é apresentar e tecer análises exploratórias considerando o arranjo institucional, os principais atores e respectivos papéis, bem como os principais conflitos, potencialidades e limitações vinculados à IG.

A relação histórica entre a cerveja artesanal e o município de Blumenau e região estimulou as discussões relacionadas à solicitação do reconhecimento da IG. Estas discussões envolveram dez microcervejeiras de oito municípios (Figura 1): Bierland, Eisenbahn e Wunder Bier (Blumenau); Zehn Bier (Brusque); Borck (Timbó); Das Bier (Gaspar); Heimat (Indaial), Schornstein (Pomerode), Königs Bier (Jaraguá do Sul) e Opa Bier (Joinville).

As discussões foram iniciadas pelo Núcleo de Inovação Tecnológica da Universidade Regional de Blumenau (NIT/FURB). O NIT/FURB foi a entidade responsável pela mobilização dos atores interessados, pela sensibilização dos que desconheciam esta possibilidade e pela organização e discussão nas reuniões de trabalho. Para tanto consideraram a metodologia sugerida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para o fomento a esta política.

Este Ministério foi um dos atores de destaque nas etapas iniciais, influenciando diretamente a equipe do NIT/FURB, por meio de seus cursos e capacitações para as políticas públicas voltadas a Propriedade Intelectual e Indicação Geográfica, inicialmente, e subsequentemente através de inúmeros contatos, que ocorreram tanto em eventos promovidos pelo próprio MAPA, como em contato direto com técnicos do NIT/FURB. Essas ações

caracterizaram sobretudo a fase pré-decisional da experiência da Indicação Geográfica em Blumenau (SC). Tendo em conta a participação do MAPA nesta fase, destaca-se o caráter de política pública.

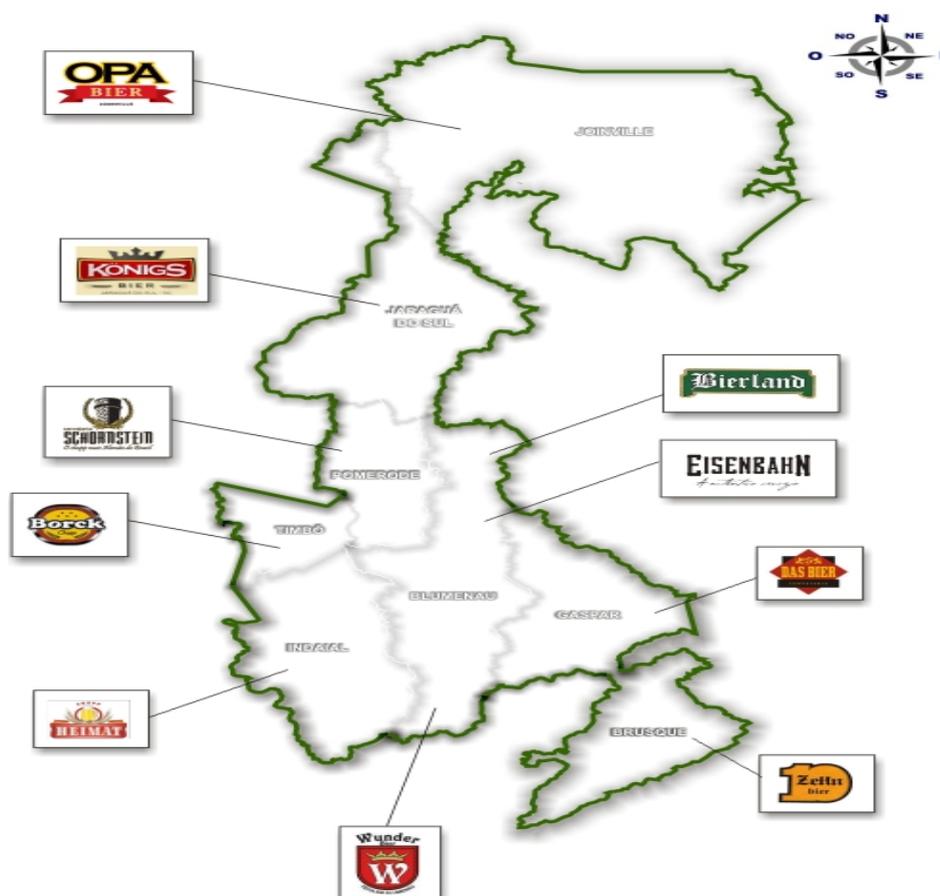
As entidades envolvidas podem ser divididas em duas categorias. Em um primeiro grupo inserem-se aquelas cuja proatividade foi um fator de destaque, em algum nível até mesmo um fator de inserção. Além do NIT/FURB, o precursor das iniciativas, atuação do MAPA e do Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) foi fundamental.

Como ente pertencente a uma universidade pública municipal o NIT/FURB respondeu ao MAPA, órgão responsável por este tipo de política em nível nacional. O SEBRAE, por sua vez, apresentou-se como ator estratégico, e assim tem muito provavelmente não apenas atuado em Blumenau, mas em todas as iniciativas brasileiras voltadas as IGs. Além da presença destes três entes, dois estatais e um paraestatal, como elemento basilar da experiência, destacam-se ainda as cervejarias, com seus produtos territorialmente referenciados, com suas percepções da realidade, linguagem, ação empreendedora e interesses empresariais.

Em relação ao NIT/FURB é necessário, quando da análise da experiência em questão, considerar um aspecto importante que remota à uma reestruturação interna no âmbito da Universidade Regional de Blumenau, quando o NIT foi desativado. Este fato deflagrou um atraso bastante acentuado nas discussões da IG pelo desaparecimento do ente responsável pelo processo de interlocução. Este fato repercurte até hoje. Neste sentido é parte da agenda o retorno do NIT ou a definição de um novo ente articulador, dotado do mesmo grau ou com grau maior de legitimidade, que atue junto ao conjunto dos atores envolvidos no processo da IG.

Ao lado destas, porém assumindo até o momento uma postura mais reativa, destacaram-se a Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR de Blumenau, SDR de Timbó, Prefeitura de Blumenau, Prefeitura de Timbó, Prefeitura de Brusque e Empório Vila Germânica, este último fundado em 2008, reunindo 26 empreendimentos voltados a gastronomia, compras e serviços.

**Figura 1:** Localização das cervejarias artesanais envolvidas nas discussões do reconhecimento da IG de Blumenau e região.



Fonte: Núcleo de Inovação Tecnológica / FURB.

### 5.1 – Os principais atores e seus respectivos papéis no arranjo institucional

Sem o envolvimento da Universidade Regional de Blumenau - FURB, as discussões sobre a IG da cerveja artesanal sequer teriam sido iniciadas. O NIT/FURB era o ator que buscava frequentes contatos com a diversidade de atores. Seus integrantes visitaram cada uma das empresas, conhecendo de perto os atores e suas expectativas. O núcleo propunha caminhos dentro da legislação e acenava com alternativas de financiamento, deixando claras as atribuições de cada um dos envolvidos no processo. Em síntese, tomava as iniciativas da IG, era reconhecido pelo MAPA em suas competências, convidava os atores e coordenava as reuniões. Nestes termos definia as pautas e, enquanto assim atuou fez o processo caminhar.

O SEBRAE, enquanto ente estatal nacionalmente capilarizado e institucionalmente criado para apoiar políticas voltadas às micro e pequenas empresas, também esteve presente. A importância da participação do SEBRAE como órgão que, ao lado do MAPA, atuou em todas as experiências brasileiras de IG, sempre foi reconhecida pelo NIT/FURB.

O MAPA, conforme já comentado, é o ente mais atuante junto às cadeias produtivas regionais. Sua equipe vem formando e qualificando técnicos em todo país que acabam tornando-se parceiros das iniciativas que contribuem decisivamente para o amadurecimento das políticas públicas para o setor. O MAPA procura padronizar as técnicas de trabalho e, desde março de 2012, quando instituiu um Comitê de Trabalho no âmbito de sua Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC/MAPA), procura atuar como um ente mais determinante no cotidiano das ações empreendidas, atuando de forma mais incisiva, embora ainda mantenha suas ações de formação e fomento, que são fundamentais. Por esta razão em 2013 estruturou uma nova metodologia de trabalho para a atuação junto as IGs e vem aprimorando suas formas de atuar e intervir junto aos empreendimentos. Dessa forma e cumprindo seu papel, o MAPA organiza, viabiliza e qualifica a produção ao aplicar o instrumento da propriedade intelectual por meio das IGs.

Ao longo dos trabalhos um outro ator emergiu, ganhando destaque pela competência no trato da questão e pelo papel fundamental desempenhado no Estado de Santa Catarina. Trata-se da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, mais especificamente do grupo de pesquisa PITTI – Propriedade Intelectual, Transferência de Tecnologia e Inovação, do Programa de Pós Graduação em Direito. O coordenador do programa foi convidado pelo NIT/FURB a participar das reuniões, tendo estado presente em um dos encontros com o grupo que compunha o arranjo pré-decisional. Nessa ocasião ofereceu explicações, tirou dúvidas e travou um debate bastante qualificado com os presentes. A partir deste dia passou a interagir regularmente com o NIT e manteve-se presente em todas as iniciativas no Vale do Itajaí, onde a opção pela IG vem sendo debatida, como por exemplo no caso dos embutidos, dos cristais e do queijo Kochkaese.

As Cervejarias, a mola propulsora da iniciativa, são empresas, que convivem com o risco e atuam em um ambiente de mercado bastante competitivo, enfrentando a concorrência das grandes corporações internacionais que atuam no setor. Os empresários envolvidos na iniciativa da IG da Cerveja Artesanal de Blumenau e região desempenham, em geral, outra atividade além da produção de cerveja. Isto porém não implica afirmar que a produção de cerveja artesanal ocorra na forma de passatempo. Pelo contrário, trata-se de negócio, posto os empresários já estarem suficientemente amadurecidos para saberem que atuam com um ativo territorial importante e que se justifica socialmente. Os mais conscientes já se posicionam assim e neste sentido organizam-se em nível estadual por meio da Associação das Micro Cervejarias Artesanais de Santa Catarina (ACASC)<sup>10</sup>. Eles não possuem, porém, sistemas regionais de representação. Desde o princípio foram atores vibrantes e empenhados com a iniciativa. No entanto adotam perspectivas de curto

---

<sup>10</sup> Verificar <http://www.acasc.com.br/>.

prazo, demonstrando pouco interesse em realizarem investimentos financeiros, ou contrapartidas financeiras, na criação da IG. Em geral entendem que este é papel do estado e que, já contribuem quando assumem o risco cotidiano ao manterem em funcionamento suas empresas e colocarem no mercado produtos diferenciados, mesmo com todas as dificuldades que lhes são típicas.

## **5.2 – Os principais conflitos existentes na arena de discussão**

A análise das atas das reuniões realizadas e as entrevistas com os atores que conduziram as reuniões demonstrou que existem pelo menos três importantes conflitos no arranjo da discussão da IG, expressivos da agenda fundamental presente nas fases realizadas até o momento.

O primeiro conflito relaciona-se com a constituição da organização que representaria o interesse dos atores na solicitação da IG. Alguns membros defendem que a ACASC poderia representar as cervejarias interessadas, argumentando que a associação já existe legalmente. Outros membros defendem a necessidade da criação de uma associação específica, formada apenas por cervejarias e demais entidades interessadas na IG. A questão aqui está relacionada ao sistema de poder subjacente a esta associação. O que fundamenta um elemento político conflituoso e desafiador é o fato de que o sistema, com os microcervejeiros, já está constituído fundando-se em uma base empresarial consolidada. A sua manutenção implica em um sistema de poder menos sujeito a externalidades. O desafio reside no fato de que, as políticas públicas voltadas às IG no Brasil fomentam o desenho de institucionalidades mais ampliadas no sentido de sinalizar para uma dinâmica que contribua com o Desenvolvimento Territorial Sustentável.

O segundo ponto conflitante tem relação com a delimitação geográfica. Alguns membros defendem que a IG seja delimitada apenas por cervejarias localizadas no município de Blumenau e municípios vizinhos. Outros membros defendem a participação de municípios de regiões vizinhas, como o de Jaraguá do Sul e de Joinville, que também têm tradição na produção de cerveja artesanal. Os fatores sinérgicos determinantes certamente possuem condições de emergir da continuidade das reuniões de trabalho, ora suspensas por parte da Universidade, em fase de reestruturação e/ou extinção do NIT/FURB.

O terceiro ponto em conflito refere-se a questões financeiras. A preocupação foi verificada desde a primeira reunião. O NIT/FURB tentou mobilizar recursos em entidades de fomento como a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) para iniciar os trabalhos de reconhecimento. No entanto os projetos não foram aprovados. Com o aprofundamento das discussões entre os atores interessados a preocupação financeira aprofundou-

se. Os cervejeiros demonstraram interesse na IG, mas não em aportar financeiramente o projeto. Na opinião dos cervejeiros o projeto deveria ser subsidiado por organismos públicos.

Ao analisar estes três pontos conflitantes é possível afirmar que a tensão entre os interesses individual e coletivo, entre racionalidade de mercado e racionalidade política, no sentido de que as questões de interesse público, tomadas face a uma institucionalidade que as supere, seja um desafio típico presente neste tipo de política pública, e bastante significativo na IG da cerveja artesanal de Blumenau e região, determinando seus limites e potencialidades.

### **5.3 – Os limites e potencialidades sinalizados pela experiência em curso**

Do ponto de vista das potencialidades da iniciativa as cervejas artesanais produzidas em Blumenau e região possuem condições para obtenção do reconhecimento da IG. A notoriedade, ponto indispensável para viabilizar um pedido de reconhecimento, pode ser comprovada pelas origens históricas e culturais presentes na fabricação da cerveja desde sua colonização. Do ponto de vista do arranjo que ofereceu densidade às reuniões de trabalho, todos os presentes fartamente defenderam a iniciativa. Os cervejeiros mostraram-se entusiastas da questão tais quais os demais atores proativos e reativos. Um importante condicionante do sucesso será a capacidade do Estado, ou sua parcela representada pela Universidade, de levar adiante as etapas do empreendimento oferecendo progressiva transitividade entre os atores aderentes, densidade ao arranjo, fruto de formulação consistente e efetiva implementação, sem riscos às conquistas já existentes.

Destas potencialidades desdobram-se, entre os limites, o fato das discussões identificaram problemas que podem comprometer ou retardar sua obtenção. Além de encontrar outro ator capaz de conduzir a iniciativa com a mesma proatividade do NIT/FURB, questões relacionadas a delimitação geográfica dos empreendimentos que farão parte da iniciativa, bem como se a ACASC irá ou não capitanear IG, são temas que aguardam definições objetivas.

Acredita-se que poucos encontros de negociação separam a situação atual de uma decisão efetiva quanto a este aspecto.

Merece destaque a divergência de interesses entre os envolvidos, algumas de ordem financeiras, outras de ordem política na constituição da associação que representará os envolvidos na busca da IG, bem como de ordem político-mercantil, típicas de empresas mais habituadas em competir do que em cooperar, e que precisarão discutir a qualidade de seus produtos e suas premissas na produção daquilo que será objeto da IG. Por fim, as dificuldades em obter apoio de entidades governamentais e não-governamentais mais parecem desdobrar-se das dificuldades acima descritas, do que propriamente de um impasse que venha a bloquear a experiência. A

afirmação é possível, posto ter sido detectado pelos pesquisadores um grande desejo do MAPA em retomar a iniciativa que, aos olhos do Ministério, apresenta grande e positivo potencial.

### **Considerações finais**

As IGs podem ser entendidas como instrumento que possibilita a obtenção de vantagens, sobretudo econômicas, para os produtores. Podem representar também uma forma de manter e fortalecer tradições locais, destacando e evidenciando a identidade local. Porém, a busca da perspectiva de um desenvolvimento territorial sustentável, como deseja o MAPA, pode implicar em desafios importantes entre estes dois entendimentos. Por isso a governança pública contribui para IGs desta natureza quando institucionalmente bem constituída.

Em Santa Catarina, particularmente na região do Médio Vale do Itajaí, um dos produtos mais tradicionais é a cerveja artesanal. Aproveitando o reconhecimento e a notoriedade do produto, empreendedores, após instigados pelo Núcleo de Inovação Tecnológica da Universidade Regional de Blumenau, iniciaram discussões relacionadas à possibilidade de solicitação do reconhecimento da IG para a cerveja artesanal de Blumenau e região.

Neste contexto procurou-se analisar a experiência em curso identificando: o arranjo institucional formado a partir das discussões e seus principais atores; os conflitos existentes na arena de discussão e as potencialidades e desafios da experiência.

Revelou-se proatividade entre três atores, quais sejam o NIT/FURB, o MAPA e o SEBRAE, em um arranjo que ainda contava com a participação fundamental das cervejarias. Esta participação, porém, foi caracterizada como ainda bastante reativa, embora as cervejarias estivessem muito interessadas na IG. Os demais participantes do arranjo, prefeituras, SDR e Empório Vila Germânica ainda mostram-se pouco atuantes. Revelou-se que os principais conflitos emanam da natureza mercantil que fundamenta a produção das cervejas *versus* a natureza política das ações e da institucionalidade típicas da criação de uma IG. Sobretudo quando busca sustentabilidade, fator desejado pelo MAPA. No que toca os atores fundamentais, a retirada da arena pré-decisional do NIT/FURB vem contribuindo decisivamente para o atual estágio de estagnação das iniciativas. Revelou-se como imperiosa a entrada de um ator em cena capaz de resgatar, com legitimidade, o mesmo protagonismo.

Por fim, entende-se que o reconhecimento da IG para o segmento da cerveja artesanal de Blumenau e região pode constituir-se em uma estratégia interessante para o desenvolvimento territorial. A IG poderia contribuir para aumentar a competitividade das microcervejarias, expandindo a produção e consolidando a região de Blumenau como a região das cervejas

artesanais no Brasil, além de fortalecer atividades complementares como o turismo com suas Feiras e Festivais, o comércio, dentre outras, analogamente ao que ocorre em experiências exitosas de IG consolidadas no Brasil e na Europa.

### Referência bibliográficas

BECKER, B. K., SANTOS, M. *Território, territórios, ensaios sobre o ordenamento territorial*. São Paulo: Lamparina, 2007.

FREITAS SANTOS, J; CADIMA RIBEIRO, J;. *Estratégias empresariais de base territorial: o caso Symington e a produção de vinho do Porto*. Revista Desenvolvimento Regional em Debate. Ano 2, n.1, jul. 2012.

CALDAS, A. S. *As denominações de origem como unidade de planejamento, desenvolvimento local e inclusão social*. RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico, ano V, n 08, Salvador – BA. Julho de 2003.

CARRIÈRE, J.-P.; CAZELLA, A. A. *Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial*. EISFORIA, Florianópolis, V, 04 p. 23-47, Dez. 2006.

COMISSÃO Sobre Governança Global. *Nossa Comunidade Global*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996.

CUNHA, T. V. *Competitividade e segmentação na indústria cervejeira: uma análise da competitividade das micro cervejarias catarinenses*. Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da UFSC. Florianópolis –SC, 2011.

FERREIRA, R. H.; VASCONCELOS, M. C. R. L.; JUDICE, V. M. M.; NEVES, J. T. R. *Inovação na fabricação de cervejas especiais na região de Belo Horizonte*. Perspectivas em Ciência da Informação. V 16 n 4 p. 171- 191 Out/ Dez 2011.

FRANÇA, E. J. *Formação e desenvolvimento das redes de cervejarias artesanais no Vale do Itajaí*. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Blumenau, 2010.

FRESE, S. *Ein Prosit Blumenau: A história da Cerveja em Blumenau*. Blumenau. Editora do autor, 2008.

FREY, K. *Abordagens de governança las áreas Metropolitanas da América Latina: Avanços e entraves*. urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana , Curitiba, v 4, n. 1, junho de 2012. Disponível a partir do <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-)

33692012000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 de janeiro de 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S2175-33692012000100007>.

INPI. Instituto Nacional de Propriedade Industrial. *Indicações Geográficas Reconhecidas*. Disponível em <[http://www.inpi.gov.br/images/docs/lista\\_com\\_as\\_indicacoes\\_geograficas\\_concedidas\\_-\\_31-12-2013.pdf](http://www.inpi.gov.br/images/docs/lista_com_as_indicacoes_geograficas_concedidas_-_31-12-2013.pdf)>, acesso em: jan. 2014.

JEAN, B. *Do desenvolvimento Regional ao desenvolvimento territorial sustentável: rumo a um desenvolvimento territorial solidário para um bom desenvolvimento dos territórios rurais*. In: VIEIRA, P. F. et al. *Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento*. Florianópolis: APED: SECCO, 2010.

LE GALES, P. *Gouvernance*. In: BOUSSAGUET, L.; JACQUOT, S.; RAVNET, P. (Org.). *Dictionnaire des politiques publiques*. Paris: Sciences-Po, 2004.

LIMONGI, F. *Institucionalização Política*. In: S. Miceli (org), *O que ler na ciência social brasileira? Vol.3 – Ciência Política (1970-1995)*. São Paulo: Ed. Sumaré, p. 101-155, 1999.

NIEDERLE, P. A. *Controvérsias sobre a noção de indicações geográficas enquanto instrumento de desenvolvimento territorial: a experiência do Vale dos Vinhedos em questão*. 47 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre – RS, 2009.

PECQUEUR, B. *Qualité e développement territorial: l'hyphotèse du panier de biens et de services territorialisés*. Paris. *Economie Rurale*, n. 261, 2001.

POLLICE, F. *O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local*. *Revista Espaço e Cultura*. N. 27. UERJ – RJ. Jan. / jun. 2010.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A nova ciência das organizações*. RJ: FGV, 1989.

SACCO DOS ANJOS, F.; VELLEDA CALDAS, N. *Indicaciones geográficas, desarrollo e identidad territorial: el caso de Vale dos Vinhedos em el sur de Brasil*. *Agricultura Familiar em España*. 2010.

SAMPAIO, C. A. C. *SiGOS – Modelo de Gestão Organizacional Estratégica para o Desenvolvimento Sustentável*. *Revista de Estudos Ambientais*. v. 2, n. 1. jan. / abr. 2000.

SCHNEIDER, S. *A abordagem territorial do desenvolvimento rural*. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 11, p.88-125, jan. 2004.

SILVA, J. F. *Cervejarias de Blumenau*. Blumenau em Cadernos. Blumenau, Tomo III, n. 9, p. 161-170, set. 1960.

VELLOSO, C. Q. *Indicação geográfica e desenvolvimento territorial sustentável: a atuação dos atores sociais nas dinâmicas de desenvolvimento territorial a partir da ligação do produto ao território (um estudo de caso em Urussanga – SC)*. Dissertação do Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas. UFSC. Florianópolis – SC, 2008.